

-T
21/1198
279

4-A

FHC no limiar do crime

O governo está certo ao tentar mudar o enfoque da política ambiental brasileira tirando de cena o preservacionismo radical, que impede a utilização, ainda que racional, dos bens da natureza e só beneficia quem age fora da lei, e substituí-lo pelo princípio do uso sustentado da natureza. Levando em conta as tristes experiências do passado e considerando que, como tudo o mais, a preservação ambiental é função de um cálculo econômico, o mundo inteiro, a partir do sucesso da experiência norte-americana, está procurando atribuir um valor maior à natureza preservada do que tem a natureza destruída, como forma de levar a própria população e os agentes econômicos a se interessarem espontaneamente pela preservação. Este é o sentido das políticas ambientais baseadas no princípio do uso sustentado da natureza, que procuram identificar, nas áreas que devem ser preservadas, quais são os recursos renováveis cuja exploração pode trazer mais rendimentos que a exploração dos recursos não renováveis, e incentivar o seu uso.

O problema é que, ao definir as formas de exploração sustentável de nosso patrimônio natural, o governo escolheu a pior de todas. A abertura das florestas nacionais para a exploração de madeira e o incentivo que se tem dado às madeireiras asiáticas, notórias pela corrupção que as cerca e pela falta de compromisso com a preservação, podem jogar por terra o novo princípio que deverá passar a nortear a política ambiental brasileira e salvar o que resta de ambientes preservados no País, ao pôr sob gravíssimo risco o maior e mais complexo ecossistema ainda preservado da Terra.

Ao aceitar a tese de que a coleta de madeira nas florestas tropicais pode ser reposta pela natureza, o governo está transplantando, sem nenhuma base científica, um princípio verdadeiro apenas para florestas contínuas do Hemisfério Norte que, mesmo lá, está sendo posto em cheque por oferecer vantagens infinitamente menores que outras formas mais seguras, limpas e economicamente rentáveis de uso sustentado da natureza.

As florestas tropicais, conforme têm mostrado inúmeros especialistas e sabem todos os que as frequentam, não são renováveis. Abrigam dezenas, freqüentemente centenas de espécies vegetais em cada hectare e, uma vez abertas clareiras, estas são imediatamente ocupadas por espécies do sub-bosque que, expostas ao sol, passam a ter um desenvolvimento explosivo que impede a reconstituição da área. Além disso, muitas das árvores que interessam aos madeireiros têm sementes de porte acentuado que não são repostas pelo vento ou transportadas pelas aves, o que torna remota a possibilidade de renovação natural.

Mas, independentemente desses fatores, há outros, puramente econômicos, que descartam a coleta de madeira como um uso inteligente da natureza. A atividade madeireira movimentou, em todo o mundo, cerca de US\$ 10 bilhões ao longo de todo o ano passado, segundo cálculos apresentados pelos próprios economistas do governo que prepararam os estudos que "justificaram" a abertura da Amazônia para as madeireiras. Se se conseguir acabar com todo o desperdício envolvido, pode-se chegar a dobrar esse número. E o cálculo feito por encomenda do governo afirma que toda a "riqueza madeireira" explorável da Amazônia chegaria a um total de pouco mais de US\$ 300 bilhões.

O problema é que, especialmente no caso da ama-

zônia, esse tipo de exploração, que permite apenas um "giro" econômico, deixa atrás de si uma paisagem de terra arrasada numa região de solos, em geral, pobres, sujeitos à erosão e até à desertificação. E, se todos os especialistas estiverem errados e o governo estiver certo, a melhor perspectiva é que a reposição demore, pelo menos, 30 anos. E, quanto melhor a madeira, mais longo será esse prazo.

Já as atividades de caça e pesca esportivas organizadas geraram, apenas nos Estados Unidos no ano passado, US\$ 176 bilhões, segundo estatísticas oficiais do governo daquele país, pelo que se pode imaginar quanto essa atividade movimentou de dinheiro e empregos em todo o mundo. O Brasil é um dos únicos países do mundo (e o único no hemisfério americano, aí incluída Cuba) que proíbem a sua exploração. As técnicas de manejo de fauna, hoje elevadas à condição de ciência universitária, comprovam, de forma brilhante e indiscutível, que a fauna, mais que todos os outros produtos da natureza, é um recurso renovável cuja exploração gera uma atividade limpa e perene, ecologicamente educativa como nenhuma outra e, além disso, uma economia, não apenas interessada, mas **dependente** da preservação ambiental, forte o suficiente para disputar com vantagens as áreas que interessa preservar, tanto com a indústria madeireira quanto com a indústria agropecuária, as duas principais responsáveis pela devastação ambiental a que temos assistido ininterruptamente desde o Descobrimento.

No entanto, o governo que se elegeu como a primeira resposta do Brasil "educado" à baixa exploração política que tem marcado tão deprimentemente sua história recusa sua responsabilidade para com as gerações futuras, descarta liminarmente essas atividades, que se transformaram na base de todas as políticas de preservação ambiental que têm tido sucesso comprovado ao redor do mundo, e cede às pressões de políticos de má fama do Norte do País, agora associados ao que há de mais parecido com eles em matéria de corrupção e descompromisso com a preservação em todo o mundo, que são as madeireiras asiáticas, para perpetrar o ataque final à floresta amazônica. É a eles que preferiu se associar o governo Fernando Henrique Cardoso, que não só tem permitido e incentivado essa associação como também chegou ao requinte de abrir até os parques florestais nacionais à sanha dessas feras!

O Brasil está prestes a empurrar a fronteira da devastação para além dos limites aos quais já chegou num momento em que, no mundo inteiro, se desocupam áreas antes dedicadas à agricultura e se gastam fortunas para reconstituir o ambiente degradado por essa atividade e aumentar as áreas voltadas para o lucrativo turismo ecológico, atividade das quais a caça e a pesca esportivas são a verdadeira expressão. E, enquanto o faz, tenta enganar a opinião pública divulgando a "preservação" das raríssimas áreas com peculiaridades paisagísticas e amenidades suficientes para atrair o turista urbano não especializado.

Só a caça e a pesca organizadas — e seus praticantes — se interessam pelas áreas de importância decisiva para a multiplicação das espécies. E só elas podem financiar os empregos e a geração de riquezas que se requer para afastar delas madeireiros e agricultores e para dar às populações dessas áreas uma forma digna e saudável de ganhar a vida.